

A Festa como Patrimônio: um estudo sobre a Festa de Nossa Senhora da Conceição do Morro da Conceição, RJ

MAYRA VAZ CARNEIRO*

O presente artigo é resultado da pesquisa realizada para conclusão do inventário da Festa de Nossa Senhora da Conceição do Morro da Conceição no Rio de Janeiro, para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN/RJ, durante o ano de 2009.

Para a realização do inventário, contamos com um total de treze entrevistas nos moldes de história oral, bem como pesquisa de campo (no próprio Morro da Conceição durante as etapas da festa e seus preparativos), em arquivo (dando maior atenção ao arquivo da irmandade), e pesquisa bibliográfica.

Em nosso trabalho, buscamos discutir brevemente como as festas religiosas se inserem na categoria de patrimônio imaterial, e a partir disto, fazer um apanhado das especificidades desta celebração. Nosso objetivo foi demonstrar que as festas são práticas culturais construídas historicamente, e sua valorização permite o fortalecimento de uma memória coletiva preexistente.

Festa é Patrimônio

Quando mencionamos a palavra Patrimônio, esta geralmente se refere a determinadas práticas, acontecimentos e objetos que merecem ser preservados, devido ao seu caráter significativo para a história de determinada sociedade ou grupo social. Contudo, por vezes essas heranças são encaradas como parte de um passado distante, de glórias que não devem ser esquecidas e por isso merecem permanecer intocadas. Somada a tal atitude, encontramos a carência por um aprofundamento reflexivo acerca do que aquele objeto representa para o grupo com o qual se relaciona.

Com a política do Patrimônio, instituída na Constituição Brasileira em 1988, buscou-se aprimorar o tratamento às heranças culturais, bem como uma nova

* Mayra Vaz Carneiro é bacharel e licenciada em História pela Universidade Federal Fluminense - UFF, e realizou esta pesquisa para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN/RJ.

abrangência daquilo que viria a ser devidamente um patrimônio. Vejamos nos artigos 215 e 216 da referida Constituição:

Art.215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização das manifestações culturais.

§ 1º- O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º- A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Art.216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§1º- O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º- Cabem à administração pública, na forma de lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º- A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º- Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma de lei.

§ 5º- Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos (BRASIL, 1988).

Mais além, o Decreto n. 3.551 de 4 de agosto de 2000 instituiu o Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial, os quais passariam, a partir desta data, a ser alocados em um dos quatro livros de registro: o dos Saberes, o das Celebrações, o das Formas de Expressão ou o de Lugares.

O patrimônio imaterial abrange diversas manifestações, tais como festas, música, dança, culinária, dentre outras. O Decreto n. 3.551 instituiu uma política patrimonial que permitiu um novo olhar sobre essas práticas culturais. Contudo, ainda assim torna-se necessária uma reflexão acerca das heranças do passado. A história, segundo Maria Célia Paoli, deve ter um papel formador de identidades, valorizando a preservação e construção do passado de grupos sociais diversificados, e não somente daqueles que são detentores do poder político e/ou econômico (PAOLI, 1992).

O direito ao passado presume uma importante dimensão da cidadania, que se refere às memórias coletivas. Mesmo que tenham pouca conexão com a história instituída, a valorização das práticas desses grupos lhes permite o fortalecimento de uma identidade coletiva preexistente.

As festas religiosas não fogem a esta tendência. Zonas de encontro e mediação, segundo Roberto Da Matta, elas unem o sagrado e o profano, a alegria do carnaval e a solenidade do dia da pátria; e onde fatos do cotidiano são reinventados e repetidos sob novas formas. Desta maneira, a festa constitui um ritual que caracteriza a sociedade que a promove, auxiliando a construir uma identidade social. O ritual é a maneira que os diferentes grupos encontraram para expressar ideais que lhes são considerados eternos. Nas palavras do antropólogo:

É como se o domínio do ritual fosse uma região privilegiada para se penetrar no coração cultural de uma sociedade, na sua ideologia dominante e no seu sistema de valores. Tudo isso porque é o ritual que permite tomar consciência de certas cristalizações sociais mais profundas que a própria sociedade deseja situar como parte de seus ideais 'eternos' (DA MATTA, 1983: 24).

Sendo assim, a festa se mostra como uma área importante a ser estudada quando desejamos compreender a ideologia e os valores de determinados grupos sociais. As festas reproduzem justamente aquilo que constrói a identidade de determinada sociedade e que cuja modificação causaria a perda substancial da sua individualidade. Tal fato ocorre porque o ritual permite que os participantes se sintam pertencentes a um grupo, e consigam se diferenciar dos outros. É esta identidade coletiva diferenciada que vai subsidiar as pesquisas em torno do caráter de patrimônio imaterial das festas religiosas.

O inventário da Festa de Nossa Senhora da Conceição, do Morro da Conceição, no Rio de Janeiro, buscou, portanto, encarar a celebração como importante formadora da identidade da comunidade que vive no Morro. A pesquisa procurou conceder o direito à memória para aquelas famílias que vêm na Festa de Nossa Senhora da Conceição a oportunidade de reinventarem o seu cotidiano de maneiras diferenciadas, culminando no sentimento de pertencimento ao grupo.

Para tal, a metodologia utilizada foi a do Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC. Partindo do pressuposto de que “referências culturais” englobam bens materiais, práticas e lugares que possuem sentidos atribuídos, o ponto de partida de

um inventário é o de identificar dimensões concretas da cultura, como os documentos escritos, audiovisuais, lugares, bem como as narrativas orais. Portanto, o objeto do INRC são as atividades, objetos e lugares que constituem referências de identidade para determinado grupo. (NETO, 2000).

O inventário da metodologia do INRC se apóia sobre cinco categorias de bens: Celebrações, Formas de Expressão, Ofícios e Modos de Fazer, Edificações e Lugares. As festas religiosas incluem-se nas Celebrações, por constituírem ocasiões diferenciadas de sociabilidade, onde predominam uma série de regras, rituais, atribuições, orações, composição de vestuário, etc. As Celebrações produzem sentidos diferenciados aos Lugares onde ocorrem.

No caso do inventário da Festa de Nossa Senhora da Conceição, foram identificados principalmente a documentação escrita da Irmandade e os registros fotográficos das festas anteriores. Foi dada especial atenção aos depoimentos orais registrados em meio audiovisual dos participantes mais antigos da festa, bem como de seus descendentes. O Morro da Conceição, por sua vez, inclui-se na categoria de Lugar, por possuir sentido diferenciado para o grupo que participa e organiza a festa. Como veremos mais adiante, é no momento da Festa de Nossa Senhora da Conceição que o grupo se identifica com o Lugar onde vive e se afirma socialmente.

As Festas Religiosas no Rio de Janeiro do Século XIX

Segundo João Reis, a religiosidade do século XIX herdou as práticas do que se convencionou chamar de catolicismo barroco. Era marcada por manifestações de fé pomposas, como missas grandiosas, procissões abarrotadas de simbolismos e as festas, celebradas com muita alegria, expressa nas danças e nas brincadeiras (REIS, 1991).

Nestas práticas, o clero secular possuía uma pequena participação, que se resumia em alguns poucos sacramentos e numa evangelização limitada. Tal fator resultou na formação de variadas irmandades leigas, as quais conseguiam abarcar grande número de fiéis, sendo as maiores representantes do catolicismo barroco. Com suas práticas pagãs, feitiços, politeísmo, dentre outros simbolismos, os leigos alcançavam as mais variadas classes sociais, incluindo negros e outros setores das camadas populares.

Os leigos poderiam se organizar religiosamente em irmandades ou ordens terceiras, sendo que as segundas estavam ligadas a ordens religiosas. Nelas, os diferentes grupos sociais recebiam as mais variadas formas de assistência, como ajuda aos irmãos doentes, por exemplo. Todas se encontravam relacionadas a um santo protetor, cuja festa era o momento auge da irmandade.

Nas festas, vislumbrava-se a união do sagrado com o profano, tanto nas comemorações externas, como nas práticas internas, como as missas, ladainhas e procissões. Segundo a historiadora Martha Abreu: “Além das missas com músicas mundanas, sermões, te-déuns, novenas e procissões, eram partes importantes as danças, coretos, fogos de artifício e barracas de comidas e bebidas” (ABREU, 1999: 34). Para Da Matta, as festas religiosas uniam a alegoria carnavalesca à seriedade das solenidades oficiais, o que era estimulado pelo regime de padroado (DA MATTA, 1983).

De acordo com a historiadora Mary Del Priore, as festas simbolizavam espaços privilegiados de participação de diferentes setores das camadas sociais. A festa simbolizava, portanto, locais onde se expressava os mais diversos significados, como solidariedade, alegria, tradição, luta (PRIORE, 1994).

No século XIX, na Europa, as práticas externas de expressão da fé já se encontravam escassas devido às investidas da Reforma, iniciada no século XVII. Ao mesmo tempo, na América, mais precisamente no Brasil – e no Rio de Janeiro –, tais eventos persistiram ainda com força maior devido à convivência entre culturas diferenciadas. A tese de Martha Abreu é a de que no século XIX a prática religiosa barroca se renovou a partir desta troca de vivências (ABREU, 1999).

No Rio de Janeiro deste século, as festas religiosas eram bastante numerosas ao longo do ano: “as procissões do padroeiro São Sebastião, Cinzas, Semana Santa (...), e Corpo de Deus; as festas em homenagem a Nossa Senhora da Conceição, Santo Antônio, São João, aos Santos Reis, a Santana e a maior delas, celebrando o Divino Espírito Santo” (ABREU, 1999: 35).

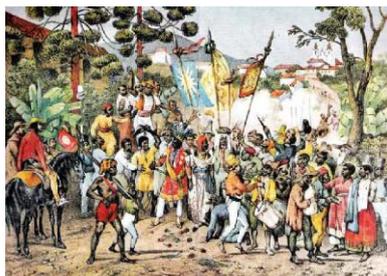


Figura 1: Festa de Nossa Senhora do Rosário, padroeira dos negros. Aquarela de Johann Moritz Rugendas – Da obra “Voyage Pittoresque au Brésil”.

As festas eram os períodos em que as irmandades afirmavam a devoção ao santo protetor, arrecadavam fundos para sua sobrevivência e praticavam a caridade. Eram, portanto, o cerne dessas associações, quando seus membros poderiam expressar publicamente a sua fé, ao mesmo tempo em que se dedicavam ao lazer e à diversão com danças, barracas, e fogos de artifício.

A partir da segunda metade do século XIX, grande parte das associações de leigos, principalmente aquelas relacionadas aos negros e seus batuques, entraram em decadência. A popularidade de suas festas e procissões grandiosas diminuiu. As irmandades sobreviventes sofreram mudanças profundas em seus papéis.

Tais mudanças estão relacionadas ao crescimento urbano, associado à abolição da escravidão, ao aumento da classe empobrecida, e à modernidade, inspirada nos hábitos “civilizados” da Europa. Tudo isto fez com que as festas passassem a ser consideradas locais de maus hábitos, de vagabundagem e de sujeira, o que levaria à proliferação de doenças.

Ao mesmo tempo, a Igreja Católica passou a se preocupar com as deficiências de seu clero, iniciando assim um movimento de reforma de sua prática, através da moralização de seus fiéis e de seus membros. O objetivo era reforçar a estrutura hierárquica da Igreja no Brasil, enfraquecendo as associações leigas e valorizando os locais de culto e os santos sacramentos. Desta forma, as práticas leigas foram progressivamente perdendo o seu poder de outrora. Era, então, uma disputa de poderes sobre a liderança do culto, repleta de críticas da Igreja às irmandades, acusadas de não estarem levando em conta a importância dos sacramentos e da confissão. Somada a essas atitudes, a Igreja passou a atuar na desvalorização dos santos mais populares e a incentivar o culto de Jesus Cristo e da Virgem Maria.

Contudo, apesar das críticas aos leigos, algumas práticas populares foram toleradas, na tentativa de não enfraquecer a crença popular no catolicismo. As festas que contavam com fogos e barracas que não fossem de jogos ou bebidas alcoólicas eram toleradas e, por muitas vezes, estimuladas pela Igreja, pois, além de promoverem uma compreensão mais rápida e prática da devoção, elas serviam como substitutas aos festejos profanos. Estas celebrações populares, ainda que modificadas, serviam para propagar a força da religião católica frente aos avanços do protestantismo e do liberalismo.

É neste momento, mais precisamente no ano de 1892, que a Devoção Particular de Nossa Senhora da Conceição nasce na Rua Jogo da Bola, no Morro da Conceição. Sua atuação neste sentido e suas transformações serão debatidas nos capítulos que se seguem.

A Festa de Nossa Senhora da Conceição

Origem do Culto

O culto a Nossa Senhora da Conceição ou Imaculada Conceição foi definido como festa universal no dia 8 de dezembro de 1476 pelo Papa Sisto IV. Em 1570, Pio V publicou novo ofício e, em 1708, Clemente XI tornou a festa obrigatória a todos os católicos. Contudo, a idéia de que Maria teria gerado e concebido seu filho sem a mácula do pecado original somente foi prescrita como dogma da Igreja Católica em 1854, pelo papa Pio IX, através da bula *Ineffabilis deus*. A partir de então, a doutrina da Imaculada Conceição passou a ser considerada verdade incontestável da Igreja, sendo considerados hereges aqueles fiéis que não a aceitassem (PIO IX, 1854).

O dogma da Imaculada Conceição contou com diversas fontes bíblicas para se sustentar, como: o verso “Tu és toda formosa, meu amor, não há mancha em ti”, no Cântico dos Cânticos (4,7); e a saudação do anjo Gabriel “cheia de graça”. Um acontecimento também foi muito importante na fixação do dogma: o milagre de Lourdes. Em 1858, uma pobre menina de 13 anos de idade, chamada Bernadette Soubirous, foi testemunha do aparecimento de Nossa Senhora durante 15 dias seguidos numa pequena cidade perto de Lourdes. Ao último dia, ao lhe suplicar que Nossa Senhora lhe revelasse seu nome, obteve como resposta: Eu sou a Imaculada Conceição (CHAGAS, 2006).

Em 1640, durante as comemorações sobre a Restauração Portuguesa, D.João IV, primeiro rei da Dinastia de Bragança, dedicou a Nossa Senhora da Conceição as glórias da libertação frente à dominação espanhola. Seis anos depois, passou a ser considerada protetora de todo o reino, inclusive do além-mar. A partir de então, mais nenhum rei português se dignou a colocar a coroa sobre a sua cabeça, crendo que somente a Imaculada teria esse direito. Atualmente, é a padroeira de Portugal, revelando assim toda a devoção deste povo pela Virgem.

No Rio de Janeiro, uma das mais antigas devoções é a de Angra dos Reis. Na capital, encontra-se o morro com o nome em homenagem à Imaculada, devido à construção de uma capela em sua devoção. A Capela-e-Hospício (hospício no sentido de abrigo) foi a primeira construção em pedra e cal do Morro da Conceição. Erguida em 1590 pela devota Maria Dantas em suas terras, a Capela serviria a princípio como abrigo aos carmelitas recoletos. Em troca, a benfeitora e seu marido deveriam ser ali sepultados e receberiam 50 missas anuais pelas suas almas. Contudo, em lugar dos carmelitas recoletos, a capela foi entregue aos capuchinhos, primeiro franceses, e depois italianos. Posteriormente, a Capela-e-Hospício do Morro da Conceição passou por algumas reformas para abrigar o primeiro Bispado do Rio de Janeiro, iniciado em 1682. Era considerada a mais confortável residência carioca da época, cercada por limoeiros e alvo dos ventos provenientes do mar (GERSON, 1965).

No Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX, Nossa Senhora da Conceição era uma das imagens mais importantes para as irmandades negras. Era identificada, juntamente com Nossa Senhora das Dores, à divindade ioruba Iemanjá. Padroeira de uma irmandade de pardos na igreja do Hospício, na atual Rua Buenos Aires, possuía ainda uma imagem na igreja do Rosário. Em resumo, segundo Karasch, era a imagem mais popular de Nossa Senhora, e considerada protetora especial dos pardos (KARASCH, 2000: 358)

Nos anos que se seguiram ao Império, a Imaculada foi considerada padroeira do Brasil, título dado pelo imperador D. Pedro I, devido à devoção de sua Dinastia. Com o advento da República e já no início do século XX, deu lugar a Nossa Senhora Aparecida, que é uma antiga imagem de Nossa Senhora da Conceição encontrada nas margens do rio Paraíba do Sul.

A imagem da Imaculada Conceição geralmente se encontra de pé sobre o globo terrestre, esmagando uma serpente, símbolo do pecado original. Em algumas imagens, há sobre os seus pés ainda uma lua crescente e cabeças de anjos. A lua é um símbolo importante de Maria, pois representa a substância que guarda em seu seio os raios de sol. Na maioria das vezes, possui as mãos unidas em forma de oração, olhos voltados para os céus e cabelos longos e castanhos caídos sobre os ombros. Menos comuns são as imagens onde carrega uma criança. Vestindo uma túnica branca e manto azul, suas

cores representativas, algumas vezes usa ainda uma coroa real em sua cabeça. (CHAGAS, 2006).

O papel dos imigrantes portugueses

O Morro da Conceição se situa no bairro da Saúde, região portuária do Centro do Rio de Janeiro, local tradicional de moradia para os imigrantes portugueses durante o século XIX. Foi através do porto que esses imigrantes chegavam, e foi também nele onde muitos adquiriram seus primeiros empregos como estivadores. Entre 1903 e 1905, quase 25% desses trabalhadores eram portugueses, enquanto 63,3% era constituída de brasileiros descendentes de portugueses (RABAÇA, 2010). A zona portuária, portanto, passou a abrigar os portugueses ligados às atividades do porto. Os de posição mais humilde habitavam os cortiços da região e trabalhavam com comércio varejista dos alimentos que chegavam pelos cais. Os portugueses de melhor condição econômica, por sua vez, eram geralmente donos de armazéns e trapiches, de comércio por atacado.

Logo esses portugueses passaram a fundar associações, prática cultural significativa para este povo, que remonta às confrarias católicas da Idade Média (RABAÇA, 2010). A Devoção Particular de Nossa Senhora da Conceição, portanto, foi uma das muitas associações, dentre irmandades e ordens terceiras, criadas pelos portugueses. As irmandades sustentavam-se através das contribuições e das heranças dos fiéis, com as quais construía as suas capelas e realizavam as festas do santo de devoção, onde os laços de solidariedade eram reforçados.

A prática cultural das festas religiosas remonta à devoção aos oragos (padroeiros) de comunidades das freguesias portuguesas. Ao final do século XIX, devido a um clima de hostilidade aos lusitanos no Rio de Janeiro, as festas religiosas contribuíram para fortalecer e unificar o grupo em sua identidade. A Festa de Nossa Senhora da Conceição, no Morro da Conceição, representa uma dessas festividades, que serviram para reforçar a identidade coletiva e os laços comunitários, e para reafirmar a devoção à padroeira dos portugueses.

A Festa Ontem e Hoje

A irmandade de Nossa Senhora da Conceição, mais especificamente denominada Devoção Particular a Nossa Senhora da Conceição, foi ereta na Rua do Jogo da Bola no ano de 1892, segundo consta no Anuário Eclesiástico do Rio de Janeiro de 1942.

Fundada num momento de críticas às irmandades leigas por parte da Igreja, a Devoção era formada principalmente por famílias de comerciantes portugueses moradores do Morro da Conceição, no Centro do Rio de Janeiro. É provável que a construção de sua capela tenha se iniciado nesta época, pois suas obras foram finalizadas em 1900. Sendo uma devoção particular, não possuía capelão, e sua manutenção dependia exclusivamente de seus membros, sendo assim até hoje.

Acredita-se que a irmandade conseguiu erigir-se, mesmo num momento de turbulência entre os leigos e a Igreja, devido ao fato de não ter sido fundada por grupos negros, mas de portugueses que trouxeram a devoção de sua terra natal. Outro fator que poderia ter contribuído com sua fundação e sobrevivência foi o estímulo da Igreja Católica pelas festas que promovessem o respeito aos santos sacramentos e funcionassem como fortalecedoras daquela fé, principalmente aos cultos a Nossa Senhora e Jesus Cristo. Não por acaso, na procissão promovida por esta Devoção, as imagens que são carregadas em andores, além de Nossa Senhora, são o Sagrado Coração de Jesus e São Sebastião – padroeiro da cidade.

Até o final da década de 50 do século XX – a documentação de Atas que sobreviveu da Irmandade só vai até o ano de 1957 –, as festas eram realizadas com muita pompa, e com grande apoio da comunidade do morro, que sempre doava quantias: “1000 circulares, a fim de distribuir por todos os moradores do Morro da Conceição sem distinção, a fim de com o produto dos mesmos fazer posse às despesas, assim como as festas deverão ser feitas pela administração” (LIVRO DE ATAS, 16-11-1905).

Para realização das “festas de dezembro”, era formada uma comissão responsável pela organização e pré-produção, que incluía: recolher donativos; enviar correspondências aos comandantes do exército, dos bombeiros e outros, solicitando a presença das bandas de música; conseguir a permissão para montar os coretos; conseguir alguns policiais para promover a segurança; angariar doações de prendas para

os leilões; verificar a iluminação; e a disponibilidade do padre e do sacristão da igreja matriz de Santa Rita. Segundo o entrevistado René Vieira de Azevedo:

Então, havia uma comissão de festa e havia dois tipos de festa: a festa interna e externa. Festa interna era pra organizar, ornamentar a igreja, era organizar principalmente a comunhão, que eram realizadas comunhões todo ano, dia 8, então tinham as crianças do catecismo, tinha que organizar também a preparação pra procissão. E tinha a festa externa, que era a festa na rua, eram os palanques, era a música, a ornamentação de rua, isso aí era... Então essa comissão, ela começava a receber as atribuições, tipo jogar ofício, enviar ofícios pro Primeiro Distrito Naval, por exemplo, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar e algumas vezes até para o Pequeno Jornaleiro, para conseguir a banda de música. Então cada dia vinha uma banda e tal. Então isso era contatado com antecedência, era contatado um órgão, a própria Polícia Militar também para fazer um acompanhamento, tipo uma segurança, um passeio, ficavam aqui sempre dois policiais passeando pela festa, e o órgão de trânsito também era solicitado pra, no caso de impedir, de ser necessário o fechamento duma rua, ou em alguns horários. (ENTREVISTA COM RENÉ VIEIRA DE AZEVEDO, 16-09-2009).

A celebração a Nossa Senhora da Conceição não ocorria somente no dia 8, sendo geralmente realizada em no máximo três dias, incluindo o da padroeira. Na maioria das vezes, no dia 8 ocorria toda a parte religiosa: duas missas, uma pela manhã e outra no final da tarde, e a procissão; enquanto os outros dias eram reservados para a parte profana da festa. Em alguns anos, ao dia da padroeira ficavam reservadas as missas; um outro dia para a procissão; e outro ainda para a festa externa. As novenas de preparo espiritual para a festa se iniciavam nos princípios de dezembro e se estendiam até a data dos festejos.

No dia 8 dezembro, a primeira missa contava ainda com a primeira comunhão das crianças moradoras do Morro da Conceição. Isto ocorria porque, à época, a irmandade contava com um grupo de senhoras destinadas à catequese. As crianças recebiam da Devoção um livro de orações, um terço e uma mesa com doces: “No dia 8 houve comunhão geral, comportou 75 pessoas entre crianças e adultos. Às crianças da comunhão foram distribuídos livros de missa, terço e diplomas, houve também para os que comungaram uma mesa de chocolates e doces” (LIVRO DE ATAS, 22-12-1953).

A procissão contava com três andores, como dito acima, de Nossa Senhora da Conceição, São Sebastião e Sagrado Coração de Jesus, carregados pelos jovens. Atualmente, às meninas é destinado o andor da Imaculada, enquanto vestem opas azuis. Os meninos carregam os outros andores, vestindo opas vermelhas. A procissão percorria todo o Morro da Conceição, abrangendo as suas principais ruas.

A festa profana contava com barraquinhas diversas, de comes, bebes e jogos. Havia ainda shows variados de música e leilões de prendas nos coretos, bem como salvas de fogos. Os músicos eram agraciados com cerveja e outras bebidas. A irmandade fazia questão de demonstrar a grandiosidade de sua celebração, que era divulgada dias antes em notas no Jornal do Brasil.

De acordo com o Livro de Caixa de 1899 a 1943, durante os anos 1919 a 1922, a irmandade contou com o devoto Antonio Gomes dos Santos, que financiou as festas, doando os ganhos para a referida Devoção. Os anos em que ocorreram a Primeira e a Segunda Guerra Mundiais (1914 a 1918, e 1939 a 1945), bem como os anos da Grande Depressão (iniciada em 1929 e estendida a toda a década de 1930), não possuem registros de gastos com a festa profana no Livro de Caixa. O único desses anos em que consta ter se realizado a festa, ainda que modesta, é o de 1916, segundo o Livro de Atas. As comemorações internas – missas e procissão – não deixavam de ocorrer, mesmo com todas as dificuldades.

Atualmente, a festa de Nossa Senhora da Conceição conta com um repertório mais simples, relacionado principalmente aos festejos internos. Os resquícios da festa externa são a salva de fogos, o bazar da terceira idade (onde grupo de senhoras devotas vendem produtos artesanais, doando uma porcentagem à capela), e o bolo de “aniversário” da Imaculada.

Três dias antes de 8 de dezembro, são realizadas na capela ladainhas de preparo espiritual para a festa. No dia 7, a igreja é decorada com flores doadas por devotos. Após a primeira missa, um grupo se dirige ao salão anexo da capela para ornamentar os andores com flores diversas. O andor de Nossa Senhora é de cor azul, enquanto os outros são vermelhos. Ao mesmo tempo, a provedora Glória Scherer recebe os fiéis na igreja, aberta o dia inteiro à visitação, vendendo medalhinhas, terços e outras lembranças.

A procissão começa no início da noite, sem muita diferença com as dos anos anteriores. Durante todo o dia, antigos moradores que haviam se mudado do Morro da Conceição visitam a capela e participam das festividades. Segundo entrevistados, o fim dos festejos profanos está relacionado com o fato de muitos moradores antigos terem se mudado; enquanto muitos dos membros da irmandade se encontram bem idosos ou

falecidos. De acordo com a provedora Glória, a Devoção conta atualmente com um número bastante reduzido de irmãos.

Considerações Finais

No dia 8, quando a procissão passa pelas ruas, tem pessoas que são evangélicas, ou protestantes, ou elas podem ser de candomblé, problema nenhum. Na hora em que a procissão passa, é como se tivesse uma ligação entre todo mundo em torno de um momento de elevação, pra algo superior. (ENTREVISTA COM SYLVIA TERESA BARBOSA DE OLIVEIRA CAMBRA, 18-10-2009).

O Morro da Conceição é uma localidade bastante peculiar. Situado no Centro do Rio de Janeiro, é um dos poucos morros que sobreviveram desde a colonização portuguesa. Ao subir as ladeiras e escadarias, nos transportamos de uma cidade grande turbulenta para um local estritamente residencial. Bucólico até. Suas construções reforçam a sensação de transporte no tempo, pois nos sentimos às vezes em pleno século XVIII. Lá, todos os moradores se conhecem, crianças brincam correndo nas ruas enquanto que, no final da tarde, cadeiras são colocadas nas calçadas em frente às casas para conversas que se estendem até a noite.

A festa de Nossa Senhora da Conceição é o momento onde toda a comunidade do Morro se reúne e se auxilia mutuamente. Mesmo sem todo o brilhantismo de outrora, a festa continua sendo o ritual de maior identificação do grupo de pertencimento à comunidade na qual vive.

Fazendo valer dos conceitos desenvolvidos por Da Matta, a Festa da Imaculada consagra a coletividade já existente entre os moradores do Morro (DA MATTA, 1983). A festividade acompanhou as mudanças ocorridas na sociedade ao longo dos anos. Isto, contudo, não lhe tirou a essência, mas a repaginou. É no momento da festa que todos os moradores celebram a peculiaridade que a sua comunidade possui frente a todas as outras. É quando festejam a sua identificação com este grupo tão seletivo.

“Cultura é patrimônio” são palavras de Lúcia Lippi Oliveira. Segundo a socióloga, patrimônio é herança cultural, é aquilo que corresponde ao que desejamos preservar em determinado grupo com a função de representar simbolicamente sua memória e sua identidade (OLIVEIRA, 2008). A Festa de Nossa Senhora da Conceição do Morro da Conceição, apesar de constituir uma celebração pequena – e, portanto, sem relevância nacional suficiente para ser registrada como Patrimônio Imaterial pelo

IPHAN –, se enquadra na concepção de patrimônio a partir do momento em que afirma a memória coletiva dos moradores do Morro.

FONTES

DEVOÇÃO PARTICULAR DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO. Capela de Nossa Senhora da Conceição, Rio de Janeiro. *Ata Administrativa dos Anos de Agosto de 903 a 13-12-906*. 1903-1906.

Idem. *Estatuto da Devoção Particular de Nossa Senhora da Conceição, Erecta no Morro da Conceição*. Aprovado pela Mesa Administrativa de 1949. Promulgado pela Assembléia Geral Extraordinária de 28 de março de 1949.

Idem. *Livro-Caixa*. 14-1-1899 a 1-12-1944.

Idem. *Livro de Atas Administrativas*. 1896-1916.

Idem. *Livro de Atas Administrativas*. 1930-1957.

Idem. *Livro de Compromisso da Irmandade*. 1907.

Entrevistas. *Inventário da Festa de Nossa Senhora da Conceição*. Produção de Charlotte Produções. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009. 1 DVD: NTSC, son., color, Formato .wmv.

PIO IX. *Bula Ineffabilis Deus*: Dogma da Imaculada Conceição. Disponível em: <<http://www.montfort.org.br/index.php?secao=documentos&subsecao=decretos&artigo=20060220>> (Acesso em 21/12/2009)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Martha. *O Império do Divino: Festas Religiosas e Cultura Popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

ALMEIDA, Tania M. C. *Uma Maria brasileira: um estudo sobre catolicismo popular*. Brasília: UnB, 2001 (Tese de Doutorado, Depto. de Antropologia, 2001).

ARQUIDIOCESE DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO. *Anuario Eclesiástico da Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro*. Número 2, Ano 1942. Sede Vacante, *Jornal do Commercio*, 1943.

BEOZZO (coord.). *História da Igreja no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1992. Tomo II/2.

BOURDIEU, Pierre. Gênese e estrutura do campo religioso. In: BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1992. cap. 2, p. 27-78.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. (Série Legislação Brasileira).

BRASIL. Decreto n. 3551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. *Coletânea de Leis Sobre Preservação do Patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006. (Série Edições do Patrimônio).

CHAGAS, Carolina. *Nossa Senhora!* São Paulo: Publifolha, 2006.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Carnavais e outras F(r)estas: ensaios de história social da cultura*. SP: Unicamp, 2002.

DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: Para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. 4ª. Ed.

GERSON, Brasil. *História das Ruas do Rio*. Coleção Vieira Fazenda. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965.

GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

HOBBSAWN, Eric, RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOORNAERT, Eduardo. *Formação do catolicismo brasileiro, 1550-1800*. Petrópolis: Vozes, 1974.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

NETO, Antônio Augusto Arantes. “Como ler o INRC”. In: *Inventário Nacional de Referências Culturais: Manual de Aplicação*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Cultura é Patrimônio: Um Guia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In: *O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1992.

PRIORE, Mary. *Festas e utopias no Brasil colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RABAÇA, Sílvia. *De pai para filho: Imigrantes portugueses no Rio de Janeiro*. Organização Mozart Vitor Serra e Carlos Alberto Rabaça; textos Sílvia Roberto Rabaça

e Gustavo Guimarães Barbosa. Rio de Janeiro: Documenta Histórica, 2010. (Série Imigrantes no Rio de Janeiro; v.1).

REIS, João José. *A morte é uma festa*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.